

FEVEREIRO 2021

# RADAR SOCIOAMBIENTAL

RETROSPECTIVA  
2020



PLATAFORMA  
SOCIOAMBIENTAL

Autoras: Beatriz Mattos, Carolina Alves,  
Maria Beatriz Peixoto, Priscilla Papagiannis  
Plataforma Socioambiental

## **SOBRE A PLATAFORMA SOCIOAMBIENTAL**

A Plataforma Socioambiental é um programa desenvolvido pelo Brics Policy Center (BPC), o Centro de Estudos e Pesquisas BRICS, do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. É um espaço de aprendizagem e troca de conhecimento cujos projetos se dedicam à pesquisa e à promoção de debates e diálogos entre diferentes setores acerca de temas como mudanças climáticas, modelo de desenvolvimento e desigualdades, bancos de desenvolvimento e salvaguardas, entre outros.

## **RADAR SOCIOAMBIENTAL**

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal da Plataforma Socioambiental cujo foco é discutir assuntos importantes para a temática socioambiental nos âmbitos doméstico e internacional. Em sua 41ª edição, o Radar Socioambiental realiza uma Retrospectiva do ano de 2020, tendo como fio condutor os temas abordados em nosso Podcast, Meio Descomplicado, e nos Radares Socioambientais. Esta publicação é dividida em três seções: primeiro, são apresentados os temas debatidos pela Plataforma no ano de 2020, posteriormente traça-se um panorama da atual conjuntura socioambiental do Brasil e, por fim, tece-se algumas considerações sobre as expectativas para o ano de 2021.

## PANORAMA SOCIOAMBIENTAL

O ano de 2020 foi marcado por desafios para a área socioambiental, tanto doméstica quanto internacionalmente. Logo no início do ano, antes mesmo que ações concretas e conferências internacionais pudessem ser realizadas, uma pandemia assombrou o mundo e foi responsável por mudanças de comportamento e de políticas como não se via talvez desde a grande pandemia de gripe espanhola no final da década de 1910. O primeiro registro de infecção pelo novo coronavírus ocorreu no final de 2019 na China, não demorando mais que três meses para chegar ao Brasil. Atualmente, o número de infectados ultrapassa 100 milhões de pessoas no mundo e as mortes já totalizam mais de 2 milhões de pessoas[1]. Dessa maneira, não é difícil de entender que esse foi o assunto dominante nas discussões e centros decisórios políticos, tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito internacional. Os países passaram a olhar para dentro com a preocupação de evitar um colapso em seus sistemas de saúde ao mesmo tempo em que tentavam garantir a sobrevivência da população frente ao vírus e as medidas de isolamento social necessárias para conter seu avanço. Nesse sentido, a pandemia do COVID-19 levou as autoridades em todo o mundo a adiarem conferências e importantes negociações internacionais e momentos decisórios[2], como as Conferências das Partes 26 (COP 26) da Convenção Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC), e a COP15 da Convenção de Biodiversidade (CBD), entre outros.

No Brasil, dois grandes problemas que marcaram o ano de 2019 também fizeram parte das manchetes em 2020: o desmatamento e as queimadas. Essas foram questões que chamaram bastante atenção da opinião pública e resultaram em grandes pressões direcionadas ao governo federal, em âmbito nacional e internacional.




De acordo com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o país registrou um total de 8.426 km<sup>2</sup> de área desmatada em 2020, número que só foi menor que o recorde histórico de 2019. Quando falamos das queimadas, em geral são provocadas propositalmente ao desmatamento para abrir caminho para a expansão da pecuária e da produção monoculturas. O ano de 2020 registrou o maior número de focos em uma década: 222.798 focos de queimadas, um aumento de 12,7% em relação a 2019. Entre os biomas brasileiros, o Pantanal foi o que mais sofreu com as queimadas em 2020. Neste ano, 30% do bioma foi devastado pelo fogo e o número de focos só não superou a marca registrada em 2019. A negligência e o atraso do governo federal em tomar providências foram responsáveis pela situação ter chegado a um nível crítico. Desde 2012, não houve novos concursos para fiscais do IBAMA, que hoje não conta com mais de 700 fiscais[3].

Seguindo a tendência verificada no ano anterior, o governo federal trabalhou para dar continuidade ao seu projeto de desmonte socioambiental por meio da flexibilização de políticas, da desregulamentação e do abandono de práticas de gestão ambiental consolidadas, mas que ameaçavam interesses de setores extrativistas e pecuaristas. Em maio de 2020, foi divulgado o vídeo de uma reunião ministerial de abril do mesmo ano, em que o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmava que o governo poderia aproveitar o cenário de pandemia para "passar a boiada", ou seja, para promover a desregulamentação e simplificação de normas e processos ambientais. A famosa boiada de Salles envolveu a flexibilização do controle da exportação de madeira, a proposta de extinção do Instituto Chico Mendes, a proposta de se controlar as organizações não governamentais que trabalham na Amazônia, a revogação de resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), entre outras ações.







Os retrocessos ambientais dos dois primeiros anos de governo Bolsonaro provocaram reações no plano doméstico e no internacional. Diversos investidores retiraram seus investimentos do país em resposta às iniciativas do governo federal na arena ambiental. O Acordo Mercosul-União Europeia foi paralisado em resposta ao aumento do desmatamento e das queimadas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento se recusou a financiar um fundo voltado para o bioma amazônico antes de ter acesso aos resultados do Fundo Amazônia, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu quatro novos processos relacionados à agenda de clima, ao Fundo Amazônia e ao processo de conciliação ambiental e sobre as alterações no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm).

Para além da ameaça representada pelo aumento do desmatamento e das queimadas, povos e comunidades tradicionais também sofreram com a pandemia. Cerca de 38643 casos já foram confirmados em povos indígenas, e até o dia 06 de novembro de 2020, eram 870 mortos pela doença. Quanto aos quilombolas, o número de casos confirmados chega a 4604. Povos já prejudicados pela negligência estatal em relação a sua proteção em tempos normais, seja pelas ameaças do desmatamento, garimpo ilegal e queimadas, agora também estão sendo afetados gravemente por um vírus que se espalha rapidamente por suas comunidades, em grande parte devidos aos perigos já citados. O Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu) e a Comissão Arns levaram ao Tribunal Penal Internacional (TPI) uma ação contra o presidente Jair Bolsonaro em novembro de 2019, as entidades

[...] sistematizam uma série de ações, pronunciamentos e omissões de Bolsonaro nas políticas indigenista e ambiental, que levaram o país a bater novos recordes de desmatamento no ano passado e à ampliação das ameaças contra povos originários, especialmente em comunidades de indígenas isolados na Amazônia.

A denúncia foi acolhida pelo TPI, que formalizou uma investigação inicial sobre as denúncias de graves violações contra o meio ambiente e os povos indígenas, essa investigação passa por uma análise de jurisdição para averiguar se a denúncia compete à corte internacional.

Outro acontecimento relevante do ano de 2020 foi a eleição dos Estados Unidos para presidência, na qual o republicano Donald Trump concorria contra o democrata Joe Biden. A relevância desse evento para a temática ambiental se dá pelos retrocessos ambientais antes promulgados pelo governo Trump entre 2016 e 2020, incluindo a saída do Acordo de Paris e a desregulamentação de mais de 100 leis e políticas estadunidenses sobre “poluição, água, vida selvagem e produtos químicos tóxicos”[4] (POPOVICH; ALBECK-RIPKA & KENDRA PIERRE-LOUIS, 2021). Joe Biden saiu da corrida presidencial como o 46º presidente eleito dos Estados Unidos - uma vitória que foi contestada por Trump por infundadas alegações de fraude no processo eleitoral até poucos dias antes da posse de Biden.

Em seus 4 anos de governo, Trump acabou com o plano de energia limpa[5] que previa a transição do carvão para outras fontes energéticas e vinha tentando enfraquecer a Lei Nacional de Política Ambiental, vista como excessivamente burocrática para avaliar os impactos ambientais. Em outra direção, já como promessa de campanha, o concorrente, e agora eleito, Joe Biden prometeu a volta dos Estados Unidos ao Acordo de Paris, a retomada da confiança na ciência na tomada de decisões relacionadas ao combate às mudanças climáticas, a destinação de dois trilhões de dólares para o Green New Deal e a liderança de um esforço global para juntar 20 bilhões de dólares para a proteção da Amazônia, o que representa um passo muito importante visto a importância dos EUA no sistema internacional.

Em suma, o ano de 2020 teve altos e baixos em relação à temática ambiental. Mas uma coisa é certa: a pandemia abriu os olhos da população mundial para a forma com que

o sistema agroindustrial tem profundas relações com as crises ambientais que vivemos. O Sars-cov-2 é mais um resultado dessa forma de produzir, consumir e destruir os ecossistemas, uma resposta clara do planeta às intempéries que vem enfrentando por causa da ação antrópica[6]. Cientistas, ativistas e organizações da sociedade civil vinham alertando há muito tempo para as práticas insustentáveis e predatórias, mas apenas agora, com a pandemia do COVID-19, que mundo vem sendo forçado a prestar atenção. Durante a pandemia as estimativas de redução de emissões de gases de efeito estufa ficaram em 7% (2020), porém essa queda representa uma redução de apenas 0,01 graus no aquecimento global até 2050, e enquanto isso as ações climáticas promulgadas pelos Estados ainda não tem sido o suficiente para frear o aumento da temperatura do planeta. E, se os compromissos no regime climático seguirem sem ambição, não serão suficientes para frear a crise do clima.

## PODCASTS E RADARES

Durante o ano de 2020, a Plataforma Socioambiental estreou seu podcast Meio Descomplicado. Os episódios contaram com a participação de diferentes convidados que abordaram uma variedade de temas que envolvem meio ambiente e clima. Inauguramos o podcast com uma entrevista com Izabella Teixeira, ministra de Meio Ambiente de 2010 a 2016, momento em que o país apresentou as menores taxas de desmatamento da Amazônia Legal. A ministra falou sobre a inclusão do meio ambiente na agenda dos foros econômicos, criticou a atual flexibilização da legislação socioambiental no país, comentou sobre as críticas endereçadas ao Brasil em função das queimadas na Amazônia e lembrou o episódio do derramamento de óleo no litoral do nordeste em 2019.



No segundo episódio, o Meio Descomplicado recebeu como convidada Marcela Vecchione, professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também integrante do Grupo Carta de Belém. Foram abordados temas como o financiamento internacional para o desenvolvimento e os impactos do coronavírus na agenda socioambiental em escala mundial e nacional. Em seguida, convidamos o professor adjunto da Universidade Federal Fluminense/ IEAR, Licio Caetano, para comentar sobre as políticas direcionadas à região amazônica, em especial sobre o Conselho da Amazônia e suas polêmicas.

O quarto episódio do Meio Descomplicado contou com a participação da Alessandra Cardoso, especialista em orçamento público do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), para falar sobre o que são os fundos internacionais, como eles operam no Brasil e quais os seus resultados. Conversamos sobre os interesses dos países em investir nesses fundos e quais os possíveis efeitos das pressões internacionais nas políticas ambientais brasileiras. E, para o último episódio de 2020, tivemos a oportunidade de nos juntar à coordenadora da Plataforma Socioambiental, Maureen Santos, para falar sobre o Acordo União Europeia-Mercosul. Discutimos a abordagem do Acordo aos temas socioambientais, seus impactos para o Brasil e a percepção da União Europeia sobre as políticas ambientais brasileiras.

Como um todo, os episódios do podcast e, posteriormente, dos radares socioambientais, tiveram como objetivo atualizar e esclarecer o ouvinte e leitor sobre os debates e tópicos que estiveram em alta durante o ano de 2020. Esse assuntos quando vistos em sua totalidade mostram os desafios enfrentados pelo país na área ambiental durante o ano, seja a retirada de investimentos estrangeiros devido aos retrocessos da política ambiental brasileira, as operações de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia, a ausência de representantes da sociedade civil no Conselho da Amazônia, que por sinal foi recebida como muitas críticas por diversos setores da sociedade, e as falhas no combate ao desmatamento pelo governo federal.

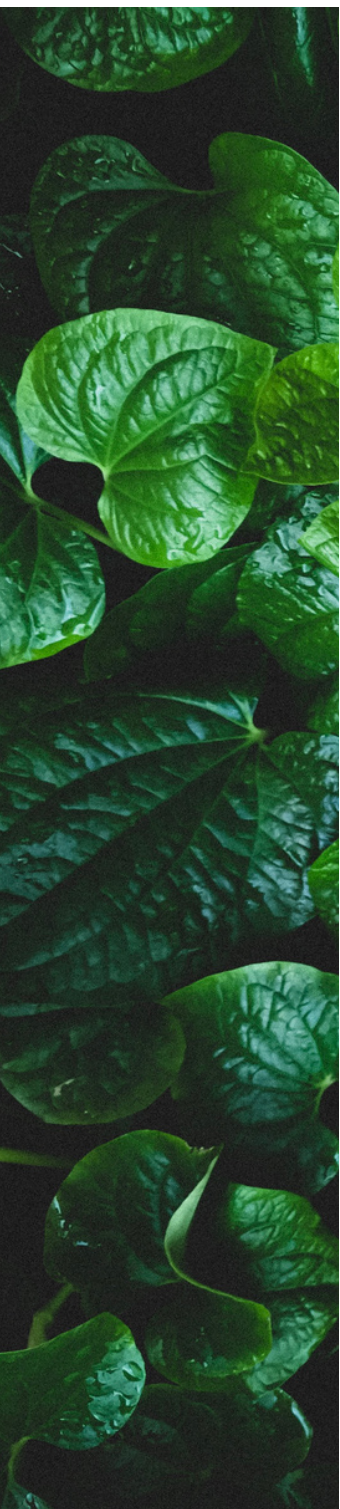


## EXPECTATIVAS PARA 2021

O ano de 2021 continua sob a sombra da pandemia do COVID-19, porém com maiores esperanças em relação à eficácia das vacinas. Porém, é fato que estamos longe de vencer essa crise sanitária e seus desdobramentos econômicos e sociais. Essa demora é devida em grande parte às disparidades na aquisição e vacinação da população mundial, de acordo com recente notícias as populações mais vulneráveis e os países com piores condições econômicas vão demorar mais a ter acesso à imunização. A desigualdade no acesso à vacina vai impor restrições que podem impactar a economia de nações e de suas populações.

Os olhos do mundo se voltam para os Estados Unidos logo no início de 2021 com a posse de Joe Biden como presidente, e ficam as expectativas sobre o cumprimento de das promessas de campanha do democrata. Já em seus primeiros dias de mandato, Biden colocou os Estados Unidos de volta ao Acordo de Paris e assumiu o compromisso de substituir toda a frota de veículos federais por modelos elétricos fabricados nos EUA. Resta saber agora em quais termos se dará a retomada ao Acordo de Paris e quais outras medidas em prol do meio ambiente Biden conseguirá implementar. - e se efetivamente essas medidas vão contribuir para o futuro do multilateralismo e da governança ambiental global.

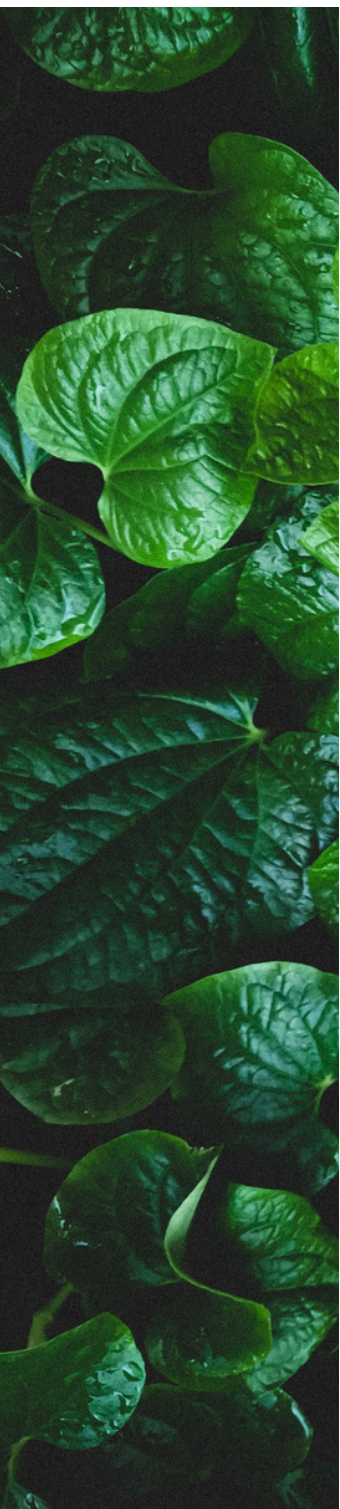
Em um ano de adversidades como 2020, o mundo precisou encarar os desafios impostos pela pandemia e, com a ajuda da tecnologia, muito foi alcançado. A realização de conferências menores, em meios virtuais, mostrou uma luz para as autoridades mundiais e para a ONU, para que as grandes conferências que foram adiadas possam finalmente acontecer. Existe no entanto, uma preocupação do ponto de vista da desigualdade da tecnologia digital e acesso nos países, o que pode gerar dificuldades para participação nos processos de tomada de decisão.



Sendo assim, 2021 ocupa agora o lugar que era de 2020 em termos de grandes decisões sobre a agenda ambiental, se tratando portanto de um ano crucial, principalmente no que diz respeito ao debate climático, biodiversidade e dos sistemas alimentares, haja vista as duas respectivas Conferências das Partes e a Cúpula que está prevista.

Para o Brasil, 2021 também será um ano de desafios, considerando os efeitos das políticas socioambientais adotadas em 2019 e 2020, colocando em risco o meio ambiente e a proteção e direito das populações tradicionais. A resposta que o governo federal tem dado à questão da pandemia em relação aos povos e comunidades tradicionais e a posição desses na fila de vacinação tem sido amplamente criticada pelos seus representantes. Além disso, muito escrutínio foi colocado sobre o governo em virtude das queimadas no Pantanal em 2020 e ao aumento do desmatamento, a pressão para que eventos do tipo não se repitam em 2021 é grande. E apesar disso, o orçamento previsto para o Ministério do Meio Ambiente como um todo, incluindo todos os seus gastos obrigatórios, é de apenas 1,72 bilhões de reais, o menor valor em duas décadas. O teto de gastos segue parализando ações em setores fundamentais, assim como a falta de prioridade do governo federal.

Desse modo, fica claro que a área ambiental seguirá sendo uma área de interesse do governo para o ano de 2021, mas não para fortalecer a proteção ambiental e sim para flexibilizar. A lista de prioridades entregue pelo Presidente da República ao novo Presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira aponta nesse sentido. Cabe, então, à sociedade civil, organizada e em seu diálogo com a academia e outros setores, continuar coordenando esforços para garantir que os retrocessos ambientais não sejam irrecuperáveis e que se tenha uma frente a esse governo determinado em destruir políticas públicas e legislações importantes para a manutenção da integridade e proteção ambiental e direitos territoriais.



## NOTAS

[1] De acordo com dados coletados em 01/02/2021

[2] Quanto a COP da UNFCCC a reunião que aconteceria em 2020 era a 26ª edição, e agora ocorrendo em 2021 tem por pretensão finalizar o livro de regras do Acordo de Paris e discutir os mecanismos de não mercado voltados para contabilização dos esforços de mitigação de gases de efeito estufa pelas partes. Já em relação a COP da CBD, a edição de 2020 e agora de 2021 será a 15ª e deve definir as novas metas do Marco Global de Biodiversidade pós 2020, essas vão substituir as Metas de Aichi, que vigoraram de 2011 a 2020.

[3] De acordo com a Fiquem Sabendo, uma agência especializada em transparência

[4] Matéria do The New York Times.

[5] Clean Power Act

[6] Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/fronteiras-do-pensamento/2020/08/pandemia-e-resposta-biologica-do-planeta-diz-fisico-fritjof-capra.shtml>

## FONTES

ARINI, J. Atraso e omissão do governo federal resultam em fogo sem controle no Pantanal. greenpeace, 2020. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/atraso-e-omissao-do-governo-federal-resultam-em-fogo-sem-controle-no-pantanal/>>. Acesso em: 01 fevereiro 2021.

BARREIRA, S. A. Deter/Inpe 2020 revela o segundo pior ano de desmatamento apurado pelo sistema. **EcoDebate**, 2021. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2021/01/11/deterinpe-2020-revela-o-segundo-pior-ano-de-desmatamento-apurado-pelo-sistema/>>. Acesso em: 01 fevereiro 2021.

CAMACHO, A. Biden ordena substituição de frota federal por veículos elétricos. **tecmundo**, 2021. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/mobilidade-urbana-smart-cities/210001-biden-ordena-substituicao-frota-federal-veiculos-eletricos.htm>>. Acesso em: 01 fevereiro 2021.

DEUTSCHE WELLE. Brasil encerra 2020 com maior número de focos de queimadas em uma década. **Deutsche Welle**, 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-encerra-2020-com-maior-n%C3%BAmero-de-focos-de-queimadas-em-uma-d%C3%A9cada/a-56119157>>. Acesso em: 01 fevereiro 2021.

ECODEBATE. Recuperação verde pós-pandemia é essencial para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. **EcoDebate**, 2020. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/12/10/recuperacao-verde-pos-pandemia-e-essencial-para-reduzir-as-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa/>>. Acesso em: 10 fevereiro 2021.

GITAHY, L. R. M. S. L.; BALDASSA, T. T. O enfrentamento da pandemia nos territórios tradicionais. **Observatório da Imprensa**, 2020. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/coronavirus-covid-19/o-enfrentamento-da-pandemia-nos-territorios-tradicionais/>>. Acesso em: 01 fevereiro 2021.

GORTÁZAR, N. G. Apesar do recorde de desmatamento em 2020, cada vez menos fiscais atuam na Amazônia. El País Brasil, 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-05/apesar-do-recorde-de-desmatamento-em-2020-cada-vez-menos-fiscais-atuam-na-amazonia.html>>. Acesso em: 01 fevereiro 2021



MCGRATH, M. Climate change: Covid drives record emissions drop in 2020. BBC, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/science-environment-55261902>>. Acesso em: 10 fevereiro 2021.

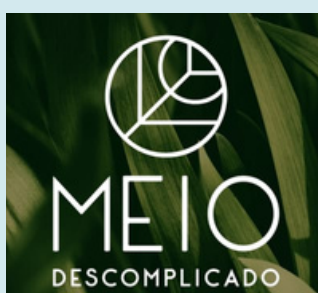
MÜZELL, L. De retrocessos na energia limpa à saída do Acordo de Paris, governo Trump foi modelo "antiambiental". RFI, 2020. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/br/podcasts/meio-ambiente/20201105-de-retrocessos-na-energia-limpa-%C3%A0-sa%C3%ADda-do-acordo-de-paris-governo-trump-foi-modelo-antiambiental>>. Acesso em: 01 fevereiro 2021.

POPOVICH, N.; ALBECK-RIPKA, L. & PIERRE-LOUIS, K. The Trump Administration Rolled Back More Than 100 Environmental Rules. Here's the Full List. **The New York Times**, Nova York, 20 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2020/climate/trump-environment-rollbacks-list.html>>. Acesso em: 03 fev. 2021.

VILELA, P. R. Tribunal Penal Internacional investiga Bolsonaro; o que isso significa? **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/12/18/tribunal-penal-internacional-investiga-bolsonaro-o-que-isso-significa>>. Acesso em: 10 fevereiro 2021.

WERNECK, F. et al. "PASSANDO A BOIADA" O segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. **Observatório do Clima**, 2021. Disponível em: <<http://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/01/Passando-a-boiada-1.pdf>>. Acesso em: 01 fevereiro 2021.

## PODCASTS



Clique na imagem para acessar a todos os episódios do podcast da Plataforma, Meio Descomplicado.

# RADARES



Clique na imagem para ter acesso a página da Plataforma no site do Brics Policy Center e as demais publicações.

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao Instituto Clima e Sociedade (ICS) pelo apoio concedido para a realização do Podcast e das publicações.

Por fim, demonstramos nosso agradecimento à todos que fizeram parte da nossa história ao longo do ano de 2020 e se dispuseram a participar das entrevistas e publicações.



**BRICS**  
Policy Center  
Centro de Estudos  
e Pesquisas BRICS

